

13. Criação de um regulamento para a atribuição de apoios sociais de carácter eventual a pessoas ou agregados a familiares em situação de vulnerabilidade, no âmbito do serviço de atendimento e acompanhamento social integrado – Início de procedimento.

Submete-se à consideração do Executivo Municipal a aprovação do início do procedimento de criação de um regulamento para a atribuição de apoios sociais de carácter eventual a pessoas ou agregados a familiares em situação de vulnerabilidade, no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado, nos termos do disposto no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 21550

Data: 14/03/2023

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a) Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O Presidente

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: Regulamento municipal para a atribuição de apoios sociais de carácter eventual a pessoas ou agregados a familiares em situação de vulnerabilidade, no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado.

I) Proposta

Pela Sra. Vereadora da inovação e Coesão Social foi proposta a elaboração de um Regulamento municipal para a atribuição de apoios sociais de carácter eventual a pessoas ou agregados a familiares em situação de vulnerabilidade, no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado.

O proposto visa *garantir que os munícipes em situação de maior vulnerabilidade social ou de carência pontual tenham acesso a um sistema de apoio célere e eficaz, com medidas de emergência que permitam evitar a rutura social dos cidadãos e das suas famílias, mobilizando, para o efeito, recursos e sinergias locais, com vista a que se constitua como um instrumento fundamental no quadro do combate à pobreza e a todas as formas de exclusão. (...)*

Na verdade, o Município de Braga enfrenta «*o grande desafio de encontrar respostas e recursos adequados e eficazes para fazer face a estas situações de verdadeira Emergência Social, atuando na primeira linha no apoio a todos quantos possam estar em risco de pobreza ou exclusão social.*»

II) Análise:

Verificando-se que:

- 1) No âmbito da descentralização de competências em matéria de Ação Social, o Município de Braga, passará, a partir de 03 de Abril de 2023, a exercer as competências transferidas para os órgãos municipais com base no plasmado no artigo 12.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto, Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizadas através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto;

- 2) E que se torna necessário estabelecer as condições de acesso a apoios sociais a pessoas ou agregados familiares carenciados em situação de emergência social e de risco social, no âmbito da transferência de competências no domínio da Ação Social para o Município de Braga;
- 3) Na proposta remetida a esta DAAJ, está devidamente fundamentada a necessidade de regular, e que o Município está legalmente habilitado a regulamentar, ao abrigo do disposto no artigo 241º da CRP e do disposto nas alíneas k) e v) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar o início do procedimento de criação de um regulamento para a atribuição de apoios sociais de carácter eventual a pessoas ou agregados a familiares em situação de vulnerabilidade, no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado, que deverá depois ser publicitado na Internet, no sítio institucional da CMB, nos termos do disposto no artigo 98º do CPA.

O (a) Chefe de Divisão

Anexos:

1. **Proposta da Sra. Vereadora da inovação e Coesão Social**

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS EM MATÉRIA DE AÇÃO SOCIAL INÍCIO DE PROCEDIMENTO REGULAMENTAR

No âmbito da descentralização de competências em matéria de Ação Social, o Município de Braga, passará, a partir de 03 de Abril de 2023, a exercer as competências transferidas para os órgãos municipais com base no plasmado no artigo 12.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto, Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizadas através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, e nas portarias n.º 63/2021 e n.º 65/2021, de 17 de Março, que regulam, respetivamente, os termos de operacionalização da transferência de competências para as Câmaras Municipais, em matéria de Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social (SAAS) de Pessoas e Famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social e dispõe sobre o acompanhamento a beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

Assim, importa garantir que os munícipes em situação de maior vulnerabilidade social ou de carência pontual tenham acesso a um sistema de apoio célere e eficaz, com medidas de emergência que permitam evitar a rutura social dos cidadãos e das suas famílias, mobilizando, para o efeito, recursos e sinergias locais, com vista a que se constitua como um instrumento fundamental no quadro do combate à pobreza e a todas as formas de exclusão.

As situações de grande debilidade económica e social podem afetar, não só os cidadãos e as famílias que se encontravam já em situação de vulnerabilidade social, mas também aqueles que enfrentam alterações dramáticas na sua vida, provocadas pelo drama do desemprego (*afetando, por vezes, todos os membros de um agregado familiar*), problemas de saúde ou outras situações de que resultem reduções salariais com elevada perda de rendimentos.

Estas circunstâncias conduzem, frequentemente, a situações de incumprimento dos compromissos familiares e põem em risco a satisfação de direitos básicos e vitais para a dignidade humana, como a alimentação, a saúde, a educação e a habitação, entre outros, pelo que se impõe a necessidade de criar um modelo que permita apoiar os Cidadãos e/ou as Famílias.

O Município de Braga enfrenta, pois, o grande desafio de encontrar respostas e recursos adequados e eficazes para fazer face a estas situações de verdadeira Emergência Social, atuando na primeira linha no apoio a todos quantos possam estar em risco de pobreza ou exclusão social.

Para o efeito, torna-se necessário estabelecer as condições de acesso a apoios sociais a pessoas ou agregados familiares carenciados em situação de emergência social e de risco social, no âmbito da transferência de competências no domínio da Ação Social para o Município de Braga.

Urge, assim, regulamentar a atribuição destes apoios sociais, que designaremos, doravante, por Apoios Sociais de Carácter Eventual, que resultam dos processos de acompanhamento efetuados no âmbito da atividade do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado, do Rendimento Social de Inserção e da Emergência Social, em conformidade com o estabelecido na Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua redação atual, e na Portaria nº 257/2012, de 27 de agosto, na sua redação atual.

Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto nas alíneas k) e v) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o desenvolvimento das competências municipais acima elencadas, submete-se à aprovação da Câmara Municipal o início do procedimento regulamentar, com vista à aprovação de um regulamento municipal para a atribuição de apoios sociais de carácter eventual a pessoas ou agregados a familiares em situação de vulnerabilidade, no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado.

Braga, 10 de Março de 2023.

A Vereadora da Inovação e Coesão Social